



CONCORRÊNCIA Nº. 001/2006 – CEL/MZ

ANEXO VI-B

MINUTA DE CONTRATO – ITEM VI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MENSURAÇÕES DE SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO, SISTEMAS EM PRODUÇÃO, MELHORIAS/CORREÇÕES DE SISTEMAS EM PRODUÇÃO, VALIDAÇÃO DE MEDIÇÕES, COLETA DE DADOS, GERAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES E, SUPORTE À APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E DE OUTRO, A EMPRESA _____ AJUSTADOS NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada e constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, e Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº. 5.056 de 29.04.2004, alterado pelo Decreto nº. 5.210, de 21.09.2004, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.360.305/0001-04, com sede no SBS, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília/DF, neste ato representada pelo, daqui por diante designada simplesmente CAIXA, de um lado, e, de outro, a empresa/consórcio, com sede na cidade de, no Estado de, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu, portador da cédula de identidade RG nº., e inscrito no CPF sob o nº., doravante designada simplesmente CONTRATADA, em face da autorização constante do processo nº. 5307.01.0182.0/2006, Concorrência nº. 000/2006 – CPL/GILIC, têm justa e CONTRATADA a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital, seus Anexos e às propostas apresentadas pela CONTRATADA no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes à normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21.06.93, e suas alterações, pela Lei n.º 8.248/91, alterada pela Lei nº. 10.176/2001 e 11.077/2004, e pelo Decreto nº.1.070/94, bem como às cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de mensurações de sistemas em desenvolvimento, sistemas em produção, melhorias/correções de sistemas em produção, validação de medições, coleta de dados, geração e análise de indicadores e, suporte à aplicação de técnicas de mensuração, conforme especificações dos serviços, forma e local de execução, constantes do Anexo: I-F - Projeto Básico propostas técnica e comercial da CONTRATADA e demais Anexos do Edital, que passam a integrar este CONTRATO.

Parágrafo Único – A CAIXA, em nenhuma hipótese, garante à CONTRATADA um compromisso de quantitativo mínimo de prestação de serviços, objeto deste CONTRATO, podendo a CONTRATADA adequar os seus recursos observando o volume médio de demandas, sem prejuízo do volume global de horas a serem solicitados, observada a redução máxima permitida em lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A vigência do CONTRATO é de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, até o limite previsto na Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar, formalmente, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO, documentos descrevendo seu processo de mensuração de software, com cópia de uma versão deste processo adaptado para as metodologias de desenvolvimento da CAIXA, bem como documento descrevendo seu processo de transição adaptado à realidade da CAIXA, com a indicação de prazos, atividades, papéis, responsabilidades, documentos, etc.

- I) Os documentos deverão ser encadernados, em papel timbrado da CONTRATADA, e neles deverá constar um índice com as páginas do processo da CONTRATADA onde se encontram os artefatos e atividades exigidos pela CAIXA, conforme detalhado nas suas Metodologias de Desenvolvimento de Sistemas e de Transição.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá apresentar, formalmente, em até 20 (Vinte) dias após a assinatura do contrato, o Plano de Transição dos Serviços, para aprovação pela CAIXA, onde deverá registrar e detalhar o método de trabalho adotado no processo de absorção dos novos serviços.

- I) O Plano de Transição deverá tratar, no mínimo, os tópicos relacionados à identificação dos profissionais da CONTRATADA, seus papéis, responsabilidades, nível de conhecimento e qualificações;
- II) Cronograma detalhado identificando as tarefas, processos, recursos, marcos de referência, início, período de tempo e data prevista para término;
- III) Estruturas e atividades de gerenciamento da transição, as regras propostas de relacionamento da CONTRATADA com a CAIXA e com a atual prestadora de serviços, e os níveis de serviços propostos.
- IV) Plano de gerenciamento de riscos, Plano de contingência e Plano de acompanhamento da transição.
- V) Descrição de como se dará a customização de seus processos, metodologias, ferramentas e fluxo de atendimento.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá iniciar, formalmente, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a execução do Plano de Transição dos Serviços, previamente aprovado pela CAIXA, como forma de absorver o conhecimento e efetivar o recebimento dos serviços executados pela atual prestadora ou pela CAIXA.

- I) A execução do Plano de Transição deverá ser finalizada em no máximo 60 (sessenta) dias corridos, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, com as devidas justificativas técnicas e concordância da CAIXA em razão da complexidade e especificidade de cada item da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das constantes no Anexo I-F - Projeto Básico:

- I) Prestar apoio técnico à sua equipe, durante a execução dos serviços, garantindo a qualificação necessária dos profissionais alocados, respeitando os perfis definidos no Anexo I-F - Projeto Básico;
- II) Manter seu corpo técnico atualizado em relação às tecnologias, normas e metodologias adotadas pela CAIXA, capacitando às suas expensas o profissional envolvido na execução dos serviços;
- III) Gerenciar seus profissionais, durante toda a execução dos serviços prestados à CAIXA, respondendo pela gestão de seus técnicos, nas fases do projeto e/ou tarefas em execução;
- IV) Comprovar a certificação da empresa no IFPUG - International Function Point Users Group (www.ifpug.org) no ato da assinatura do CONTRATO;

- V)** Assumir qualquer risco ou custo por afastamento, remanejamento ou desligamento de seus profissionais, sem ônus para os acordos firmados com a CAIXA, garantindo a continuidade dos serviços Contratados, mantendo a qualidade e os prazos acordados;
- VI)** Disponibilizar toda a infra-estrutura prevista no Projeto Básico em até 30 (trinta) dias contados da assinatura deste instrumento, necessárias ao funcionamento adequado da comunicação entre a CONTRATADA e o ambiente da CAIXA, seguindo todas as especificações de conectividade e de segurança estabelecidas no Projeto Básico;
- VII)** Em casos de falhas na conexão garantir nos prazos Contratados a entrega dos serviços, em meio magnético, para que possam ser acessados nas plataformas usadas pela CAIXA e definidas para cada serviço;
- VIII)** Disponibilizar para a CAIXA, no mínimo, os seguintes canais de atendimento: telefone; e-mail; FAX; Software de Acompanhamento (portal) e HelpDesk;
- IX)** Informar no ato da assinatura do contrato o endereço da sua Sede e/ou Filial no Território Nacional, onde serão realizados os serviços contratados pela CAIXA;
- X)** Garantir a entrega dos produtos nos prazos estabelecidos, formalizando todos os procedimentos de instalação nos ambientes da CAIXA, tão logo os artefatos/produtos sejam finalizados, utilizando meio físico de armazenamento digital compatível com o ambiente tecnológico da CAIXA, para que o produto torne-se plenamente operacional no referido;
- XI)** Atuar em todas as fases dos serviços para as quais foi CONTRATADA, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que assegurem os resultados contratados;
- XII)** Promover a transferência do conhecimento a cada serviço finalizado ou em andamento, para profissionais da CAIXA ou outra CONTRATADA indicada por esta, conforme detalhado no respectivo Projeto Básico, sem ônus adicional;
- XIII)** Devolver os documentos encaminhados pela CAIXA para especificação dos serviços;
- XIV)** Realizar as atividades e procedimentos relativos ao repasse e acompanhamento dos serviços;
- XV)** Prover durante todo o período de execução dos serviços, transferência de conhecimento e serviços de suporte e acompanhamento técnico para todos aqueles empregados da CAIXA envolvidos nos serviços contratados, sem ônus adicional;
- XVI)** Garantir atendimento nos prazos previstos nos Acordos de Nível de Serviço e sem prejuízo aos demais serviços sempre que houver chamado para execução de correções em serviços já entregues;
- XVII)** Realizar todas as adaptações necessárias quanto à qualificação de profissionais, aquisição de software, na hipótese de a CAIXA realizar modificações na sua plataforma tecnológica, normas padrões e processos;
- XVIII)** Manter sigilo sobre quaisquer informações da CAIXA, às quais, durante a vigência do CONTRATO venha a ter conhecimento ou acesso;
- XIX)** Dispor de mecanismos de controle de acesso e ferramentas de prevenção que permitam identificar e inibir a atuação de empregados da CONTRATADA ou da CAIXA, buscando evitar a fuga de informações e fraudes;

- XX)** Entregar o serviço sempre conferido e testado, cumprindo rigorosamente o cronograma ajustado junto a CAIXA bem como se responsabilizar pela correção dos serviços quando der causa sem a imputação de qualquer ônus para a CAIXA;
- XXI)** Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades, objeto do presente CONTRATO, bem como as providências tomadas para a sua solução;
- XXII)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas, padrões, processos e procedimentos da CAIXA;
- XXIII)** Recrutar e contratar a mão-de-obra, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções;
- XXIV)** Manter em dia todos os direitos pecuniários de seus empregados, tais como horas extras, adicionais noturnos, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da CAIXA prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;
- XXV)** Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros derivados ou conexos com o CONTRATO, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressados pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;
- XXVI)** Indenizar todos os custos e despesas financeiras que porventura venham a ser suportado pela CAIXA por força de sentença judicial que aponte a existência de vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;
- XXVII)** Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;
- XXVIII)** Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;
- XXIX)** Informar a CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e o respectivo número da carteira de identidade dos empregados disponibilizados para a prestação de serviços, bem como ocorrências de afastamento definitivo e as substituições em casos de falta, ausência legal ou férias;
- XXX)** Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade e cortesia o pessoal da CAIXA;
- XXXI)** Substituir, sempre que solicitado pela CAIXA, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes insatisfatórios às normas de disciplina, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, quando os serviços forem executados nas dependências da CAIXA;

- XXXII)** Assegurar, nos casos de greve ou paralisação de seus empregados, a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução de plano de contingência, inclusive nos casos de greve ou paralisação dos transportes públicos, hipótese em que deverá promover, às suas expensas, os meios necessários para que seus empregados cheguem aos seus locais de trabalho;
- XXXIII)** Assegurar, nos casos de desastres naturais, acidentes, falhas de equipamentos, falhas de segurança, perda de serviços e ações intencionais, que por ventura possam ocorrer em seu ambiente, à continuidade de prestação dos serviços, por meio da execução de planos de contingência, visando à recuperação das operações a tempo de não causar paralisação dos serviços prestados à CAIXA;
- XXXIV)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO;
- XXXV)** Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o presente CONTRATO, nos termos do Art. 55, XIII, da Lei nº. 8.666/93, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, que serão observadas mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- XXXVI)** Cumprir as produtividades pelas quais foi pontuada no certame licitatório de ____ horas / PF para contagem detalhada, ____ horas / PF para contagem estimada e ____ horas / PF para contagem indicativa, através dos prazos máximos de execução de serviços definidos no item 13 do Anexo I-F do Projeto Básico;
- XXXVII)** Disponibilizar 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO a ferramenta de atendimento aos serviços contratados, com todas as funcionalidades prevista no subitem 15.10 do Anexo I-F - Projeto Básico;
- XXXVIII)** A Unidade da CONTRATADA que atenderá os serviços solicitados pela CAIXA terá que ter o mesmo nível de certificação pelo qual foi pontuada no certame licitatório;
- XXXIX)** Utilizar de mão de obra com qualificação igual à exigida para cada tipo de perfil e competência dos profissionais, mantendo ao longo do contrato todas as condições que garantiram sua habilitação e qualificação no processo licitatório;
- XL)** Adquirir e operacionalizar as ferramentas e tecnologias adotadas pela CAIXA, em seu ambiente, incluindo as versões “cliente”, às suas expensas e sem quaisquer custos para CAIXA;
- XLI)** Qualquer ação judicial versando sobre direitos autorais relacionados com o objeto do presente CONTRATO, movidas por terceiros contra a CAIXA, será por esta respondida com exclusividade, ficando a CONTRATADA, mediante notificação prévia promovida pela CAIXA ou por advogado por ela indicado, obrigada a prestar assistência técnica integral à CAIXA, sem ônus financeiro, qualquer que venha ser o desfecho da ação;
- XLII)** Caracterizada a culpa ou dolo da CONTRATADA em processo judicial pertinente ou em procedimento administrativo instaurado pela CAIXA, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas decorrentes das ações a que se referem o inciso anterior, inclusive a obrigação pelo pagamento do valor integral de eventual condenação imposta à CAIXA, que poderá cobrar tais valores independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial à CONTRATADA, que desde logo reconhece como líquido e exigível tais valores, inclusive custas e honorários advocatícios.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem responsabilidades da CONTRATADA, além das constantes do Anexo I-F - Projeto Básico:

- I) Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, praticado por seus diretores, empregados ou prepostos, decorrente do descumprimento de obrigações contratuais, desde que devidamente comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a auditoria ou acompanhamento dos serviços, efetivada pela CAIXA;
- II) Indenizar a CAIXA ou terceiro por todo e qualquer dano ou prejuízo causado, até o valor deste CONTRATO, decorrente de ações dolosas ou culposas de seus empregados, prepostos ou mandatários, ocasionadas às instalações, móveis, utensílios, equipamentos, aplicativos, bens ou serviços e, especialmente, àqueles que lhe forem confiados para a execução deste CONTRATO;
- III) Arcar com eventuais prejuízos provocados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados, apurados em processo administrativo, autorizando a CAIXA a descontar o valor correspondente aos referidos danos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, da garantia contratual, nessa ordem, independentemente de qualquer procedimento judicial, garantida a prévia defesa;
- IV) Responder por todo e qualquer tipo de sanção, multa, penalidade bem como realização de contagens incorretas ou qualquer autuação, que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, além dos encargos tributários que lhe sejam devidos, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- V) Responder por todas as perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer de informações da CAIXA, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

São obrigações da CAIXA:

- I) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estipuladas neste CONTRATO;
- II) Designar um GESTOR DO CONTRATO que será o principal representante da CAIXA junto à CONTRATADA;
- III) Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- IV) Fornecer a documentação técnica referente aos padrões adotados pela CAIXA.
- V) Exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto Contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- VI) Prestar informações, esclarecimentos necessários e dar condições – no que lhe couber - para que a CONTRATADA possa executar os serviços objeto desta contratação;
- VII) Comunicar à CONTRATADA as alterações na plataforma tecnológica, nas normas, padrões, processos e procedimentos e estipular prazo para adequação da CONTRATADA.
- VIII) Formalizar por escrito, toda e qualquer comunicação, solicitação de serviços ou esclarecimentos feitos à CONTRATADA.



CONCORRÊNCIA Nº. 001/2006 – CEL/MZ
ANEXO VI-B
MINUTA DE CONTRATO – ITEM VI

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E SUA REPACTUAÇÃO

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste CONTRATO e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o(s) preço(s) referente(s) ao cálculo das horas executadas, conforme condições de pagamento previstas neste CONTRATO, que totalizam o valor global estimado de R\$ _____ (_____).

(i) SERVIÇOS	QTD ESTIMADA HORAS / 24 MESES (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR GLOBAL ESTIMADO (C = A x B)
Atividades descritas no Anexo I-F	120.000		

Parágrafo Primeiro – Incluem-se no preço ajustado para o CONTRATO, não cabendo qualquer remuneração adicional pela CAIXA:

- I) Todas as despesas necessárias à execução dos serviços contratados em conformidade com as Metodologias e Padrões da CAIXA, inclusive mão-de-obra gerencial, técnica, especializada e de supervisão, instalações da CONTRATADA, equipamentos, softwares e/ou utilização de instrumentos especiais necessários à correta execução dos serviços, obrigações tributárias, trabalhistas, prêmio de seguro, acidentes do trabalho, fiscais, infortunistas, previdenciárias, fiscais, etc., a ser recolhida, pela CAIXA ao INSS;
- II) A qualificação dos profissionais, de forma a manter, para atendimento à CAIXA, no mínimo, as competências e experiências relacionadas neste Projeto Básico.
- III) Os custos de todos os profissionais envolvidos na realização dos serviços, inclusive Gerentes de Projeto e Prepostos;
- IV) Os custos dos serviços do Supervisor Geral e Supervisores de CONTRATO.

Parágrafo Segundo - O valor Unitário da Hora é de R\$ _____,___ (valor ofertado) e Valor total referente ao serviço entregue deve ser calculado da seguinte forma:

- I) $VFE = (Qt \text{ Horas executadas} * \text{Valor Unitário da Hora})$
- II) VFE = Valor Financeiro da Entrega
- III) $Qt \text{ Horas executadas} = \text{Quantidade de horas relacionadas à entrega efetuada pela CONTRATADA, conforme previsto na OS.}$
- IV) Valor Unitário da Hora = O valor unitário ofertado na Proposta Comercial

Parágrafo Terceiro - Será permitida, anualmente, a repactuação do preço contratado, com base na variação dos componentes dos custos do CONTRATO, e observados a qualidade e os preços vigentes no mercado para a prestação dos serviços.

- I) A anualidade acima referida será contada a partir da data do orçamento a que a proposta se referir.
- II) Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho, a data-base da categoria ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.
- III) As solicitações de repactuação deverão ser devidamente justificadas e acompanhadas de planilha analítica que demonstre a efetiva variação de custo ocorrida no período, cabendo à CONTRATADA a iniciativa e o encargo dos cálculos.
- IV) Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de repactuação contratual, eventuais reajustes salariais concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, em razão de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

A CAIXA, após a perfeita execução e entrega dos serviços, efetuará o pagamento à CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva conclusão e execução dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, devendo a respectiva nota fiscal/fatura, ser emitida pela empresa e entregue à CAIXA até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

- I) No caso de empresas em **consórcio**, deverá ser emitida fatura mensal única em nome da empresa líder pelo qual as empresas consorciadas dão plena quitação dos valores pagos pela CAIXA, **gerando a Nota Fiscal/Fatura referida no caput desta Cláusula emitida apenas pela empresa líder.**

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal/fatura – NF deve conter todos os elementos exigidos em lei, tais como:

- I) Identificação completa da CONTRATADA: CNPJ (o mesmo constante no preâmbulo do CONTRATO, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base, com seqüencial específico da filial/matriz) da CONTRATADA, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc;
- II) Número da autorização para confecção e CNPJ da gráfica, impressos no rodapé da nota fiscal/fatura;
- III) Identificação completa do contratante;
- IV) Histórico detalhado e de forma clara contendo a descrição de todos os serviços/itens que compõem o objeto do CONTRATO;
- V) O período a que se refere;
- VI) Indicação da unidade da CAIXA ou a quantidade de unidade(s) beneficiária(s) dos serviços e o Município com respectiva UF onde é executado o serviço a que se refere a nota fiscal/fatura;
- VII) Esforço total mais a quantidade de horas referente a serviços de suporte vezes o valor unitário hora CONTRATADA;
- VIII) O número do processo que originou a contratação e o número do CONTRATO/OF/OES (SIGES), fornecido pela CAIXA, para fins de controle de pagamento;

Parágrafo Segundo - O valor correspondente ao pagamento pelos serviços prestados, será disponibilizado em dois momentos, da seguinte forma:

- I) Para os artefatos entregues e validados, será efetuada a emissão do **Termo de Recebimento (TR)**, documento este que autorizará a CONTRATADA a faturar o valor correspondente a **70%** (setenta por cento) do **Valor da Entrega**, e assim sucessivamente até a finalização das entregas parciais, sendo a mesma paga no 5º dia útil do mês subsequente à entrega das faturas;
- II) Após o recebimento do serviço, o teste e a transferência de conhecimento, será emitido o **Termo de Aceite (TA)**, quando então passará a contar o período de garantia do produto, estando a CONTRATADA autorizada a faturar o valor remanescente, ou seja, **30%** (trinta por cento) do **Valor Total da Demanda**, sendo a mesma paga no 5º dia útil do mês subsequente ao encaminhamento, pela CONTRATADA, do Ateste correspondente aos serviços prestados em relação às obrigações previstas no item de Transferência de Conhecimento e Tecnologia.

Parágrafo Terceiro - Da composição dos custos a serem faturados:

a) Para efeito de faturamento, os Custos Totais (CT) serão compostos pelos somatórios dos Termos de Recebimento (TR) e Termos de Aceite dos Serviços (TA) no mês, ou seja:

$$CT = (\Sigma TR) + (\Sigma TA)$$

b) O valor do Termo de Recebimento (TR) é composto pelo Valor Orçado para cada Entrega (VOE), decrescido do percentual de desconto quando da ocorrência de atrasos nos prazos previstos no cronograma de entregas (DA) e do percentual de desconto quando da incidência de erros em quantidade superior a limite tolerável de 0,2 (dois décimos) de erro por Ponto de Função (DQ), calculados conforme Tabela I, e II a seguir, multiplicados por 0,7 (sete décimos), ou seja:

$$TR = (VOE - DA - DQ) * 0,7$$

c) O valor do Termo de Aceite dos Serviços (TA) é composto pelo Valor Total Orçado da Demanda (VTO), decrescido do percentual de desconto quando da ocorrência de atraso em relação ao prazo previsto no cronograma de entrega do produto para homologação (DA) e do percentual de desconto quando da incidência de erros, nesta fase, em quantidade superior a limite tolerável de 0,2 (dois décimos) de erro por Ponto de Função (DQ), calculado conforme Tabelas I e II, a seguir, multiplicados por 0,3 (três décimos), ou seja:

$$TA = (VTO - DA - DQ) * 0,3$$

TABELA I - Atraso na Execução dos Serviços

Percentual de Redução	Incidência
0,2%	Por dia de atraso, até o 30º dia corrido.
0,4%	Por dia de atraso, a partir do 31º dia corridos.

TABELA II – Incidência de Erros

Percentual de Redução	Incidência
0,05%	Por erro gerado, a partir do limite tolerável de 0,2 Ponto de Defeito (Pd)
0,1%	Por erro gerado, quando houve a devolução para acertos e a demanda foi entregue novamente com erros, independentemente do limite tolerável.

Parágrafo Segundo - O prazo de pagamento será prorrogado na mesma proporção do eventual atraso ocorrido na entrega da fatura, sem a incidência de juros ou correção monetária.

Parágrafo Terceiro - A fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando o prazo estabelecido neste item, a partir da data de sua reapresentação.

- I) A devolução da fatura não aprovada pela CAIXA em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou deixar de efetuar o pagamento devido aos seus empregados.

Parágrafo Quarto - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações em relação aos serviços, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Quinto - A critério da CAIXA poderão ser realizados pagamentos mensais durante a execução dos serviços, observadas as diretrizes do item de Prazo de Atendimento dos Serviços, do (s) Projeto(s) Básico(s) que integra(m) este CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CAIXA poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, observando-se o devido processo administrativo, nos seguintes casos:

- I) Execução defeituosa dos serviços;
- II) Falta de envio do orçamento e cronograma de atendimento para demandas encaminhadas pela CAIXA;
- III) Execução de serviço em desconformidade com as especificações estabelecidas pela CAIXA ou deixar de aplicar os procedimentos necessários à garantia da qualidade e conformidade, preconizadas pelas metodologias de desenvolvimento, normas e padrões da CAIXA, em vigor quando da solicitação dos serviços;
- IV) Existência de qualquer ato que atente contra a boa fé contratual no cumprimento do estabelecido nos termos deste CONTRATO e acordo de serviço, que venha a gerar algum tipo de prejuízo direto ou indireto financeiro ou não à CAIXA;
- V) Utilização indevida das informações da CAIXA, decorrente das atividades desempenhadas pela CONTRATADA, dentro ou fora das instalações da CAIXA, que acarrete em algum tipo de prejuízo à mesma;
- VI) Existência de qualquer débito para com a CAIXA;
- VII) Existência de débitos para com terceiros, relacionados com os serviços contratados, e que possam por em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais à CAIXA.

Parágrafo Sétimo - Em cumprimento ao disposto na Lei nº. 10.833, de 29/12/2003, quando do pagamento a CAIXA fará a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma do artigo 64 da Lei nº.9.430, de 27/12/1996.

- I) A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor que estiver sendo pago o percentual indicado no Anexo I da Instrução Normativa SRF nº. 539/05, de 25/04/2005;

- II) As alíquotas da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, previstas no Anexo I da IN SRF nº. 539/05 serão aplicadas independentemente de a CONTRATADA enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, de que trata a Lei nº. 10.637, de 30/12/2002, ou aos regimes de alíquotas diferenciadas.
- III) Caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determina a suspensão do pagamento do IRPJ ou de qualquer das contribuições referidas neste Parágrafo, deve apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparada por medida judicial.
- IV) Caso a CONTRATADA se enquadre em alguma das hipóteses elencadas no Artigo 3º da IN SRF nº. 480/04, alterada pela IN 539/05, não haverá a retenção de que trata este Parágrafo, devendo para tanto apresentar a documentação e, quando for o caso, declaração assinada pelo seu representante legal que comprovem essa condição.

Parágrafo Oitavo - Quando houver a prestação de serviço em município cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISS na fonte, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais forem necessárias, independentemente da CONTRATADA estar ou não nele estabelecida.

- I) A CAIXA observará a legislação municipal/distrital e, sempre que exigido, fará a retenção do ISS na fonte e o respectivo repasse ao Município, independente da situação cadastral da CONTRATADA na localidade onde os serviços estão sendo prestados, observando ainda, as alíquotas aplicáveis ao serviço contratado.

Parágrafo Nono - Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” ao SICAF, para verificação de todas as condições de cadastramento no Sistema.

- I) Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pela CAIXA, sendo-lhe facultado, a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação da CAIXA, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo – O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste CONTRATO, ressalvado o contido no **Parágrafo Segundo** desta Cláusula, ensejará a atualização do respectivo valor pela TR, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF$$

onde:

VA	=	Valor Atualizado
VDI	=	Valor Inicial
INI	=	Índice Acumulado da TR na data inicial
INF	=	Índice Acumulado da TR na data final

Parágrafo Décimo Primeiro - A CAIXA poderá deduzir da importância a pagar os valores de multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA presta garantia de execução do CONTRATO, na modalidade de , no valor de R\$......(.....), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, para o período de vigência do CONTRATO, devendo apresentar o respectivo comprovante em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, como condição de sua eficácia.

Parágrafo Primeiro - A não apresentação do comprovante da garantia no prazo acima, facultará à CAIXA a rescisão unilateral, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo Segundo - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste CONTRATO, garantida a prévia defesa.

Parágrafo Terceiro - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver redimensionamento do volume de serviços, repactuação contratual ou revisão dos preços, de modo que corresponda a 5% (cinco) do valor global contratado.

Parágrafo Quarto - A garantia será liberada após o perfeito cumprimento deste CONTRATO, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do seu vencimento.

CLÁUSULA NONA – DA AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

No curso da execução dos serviços, a critério da CAIXA, poderão ser designados empregados ou auditores independentes para acompanhar, auditar e fiscalizar o cumprimento das disposições contratuais.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA poderá, a qualquer momento, realizar diligência nas dependências da CONTRATADA para realizar inspeções nos serviços que estiverem sendo executados.

- I) A CAIXA não aceitará performance dos serviços inferior aos padrões exigidos no Acordo de Nível de Serviço.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA se compromete a:

- I) Disponibilizar, caso seja demandado pela CAIXA, suas dependências e seu ambiente de hardware e software para que sejam efetuadas análises e auditorias de segurança;
- II) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados, em no máximo 48(quarenta e oito) horas, a contar da solicitação feita pela CAIXA.
- III) Comprovar, sempre que for solicitado pela CAIXA, através da apresentação dos certificados, a manutenção de todos os itens de pontuação técnica que digam respeito à qualificação e certificação dos profissionais e da empresa.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações, condições técnicas, físicas e acesso a todos os documentos relacionados às operações da CAIXA para a perfeita fiscalização dos serviços.

Parágrafo Quarto – Identificadas irregularidades ou falhas nas atividades contratadas, a CAIXA notificará por escrito a CONTRATADA e, no que couber, aplicará as sanções previstas, assegurando a prévia defesa, podendo ainda, rejeitar os serviços não executados de acordo com as especificações técnicas e prazos acordados.

Parágrafo Quinto – A fiscalização dos serviços pela CAIXA ou prepostos não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços.

Parágrafo Sexto – As condições previstas nesta **Cláusula** respeitarão os direitos de propriedade da CONTRATADA e o conflito de interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de atraso injustificado no cumprimento de prazos previstos, inexecução total ou parcial do CONTRATO, ou execução em desacordo com as especificações, por dolo ou culpa exclusiva da CONTRATADA, ficará esta sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação da CONTRATADA pela CAIXA, sem prejuízo da aplicação do Disposto nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93:

- I) Advertência;
- II) Multa, a qual também será aplicada sob a forma de redutor no preço;
- III) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a CAIXA por prazo de até 02 (dois) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo Primeiro - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do serviço contratado.

Parágrafo Segundo - A reincidência de advertência no período de 2 (dois) meses sujeitará a CONTRATADA a uma multa equivalente a 2% (dois por cento), incidente sobre o valor do faturamento devido no mês da segunda ocorrência, além das demais sanções previstas neste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro - No caso de atrasos injustificados dos prazos definidos no cronograma, propostos pela CONTRADA e aprovados pela CAIXA os serviços serão pagos com o redutor de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por dia, a partir do 31º dia de atraso.

Parágrafo Quarto - Pela realização de serviços por profissional que demonstre incompatibilidade no desempenho das atividades, em relação à experiência, qualificação e conhecimento exigida no início dos serviços e durante a licitação, acarretando prejuízos à CAIXA na execução dos serviços em relação a aspectos de prazo e qualidade a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de 168 (cento e sessenta e oito) horas do valor pago pela CAIXA para o tipo de serviço realizado por este profissional.

Parágrafo Quinto - Os redutores definidos no Parágrafo Terceiro desta cláusula serão descontados do valor da fatura, ou deduzidos da garantia contratual, ou cobrados pelas vias judiciais, nessa ordem.

Parágrafo Sexto – As multas definidas no Parágrafo Quarto desta Cláusula deverão ser pagas pela CONTRATADA até o 3º (terceiro) dia útil a contar da data da notificação, sendo descontado do valor da fatura, da garantia contratual, ou cobrada pelas vias judiciais, nessa ordem, em caso do não pagamento no prazo estipulado.

Parágrafo Sétimo - Pelo descumprimento dos incisos II, III, V, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, e XL constantes na Clausula Terceira deste CONTRATO, será dada advertência com prazo variando de 5 (cinco) a 30 (trinta) dias corridos, dependendo de cada caso, para realização da(s) adequação(ões) solicitada(s). Após este prazo, caso a adequação não seja realizada, será aplicada multa correspondente a 2 % (dois por cento) do valor faturado no mês de ocorrência, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

Parágrafo Oitavo - As multas definidas nos Parágrafos Sexto e Sétimo desta Cláusula deverão ser pagas pela CONTRATADA até o 3º (terceiro) dia útil a contar da data da notificação, sendo descontado do valor da fatura, da garantia contratual, ou cobrada pelas vias judiciais, nessa ordem, em caso do não pagamento no prazo estipulado.

Parágrafo Nono - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia CONTRATADA, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CAIXA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Décimo - A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA pelo prazo de até 02 (dois) anos poderá ser aplicada nos casos abaixo, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CAIXA:

- I) A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o CONTRATO no prazo estabelecido;
- II) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
- III) Descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;
- IV) Rescisão unilateral e imotivada deste CONTRATO pela CONTRATADA, ou resultante de sua ação ou omissão, por dolo ou culpa;

Parágrafo Décimo Primeiro - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a CONTRATADA:

- I) Descumprir total ou parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
- II) Sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- III) Tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária, ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Décimo Terceiro - As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com a CAIXA e a de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da CAIXA ou ministerial, respectivamente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, juntamente com as demais sanções serão lançadas no SICAF.

Parágrafo Décimo Quarto - A penalidade de declaração de inidoneidade implica na inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando a CONTRATADA de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos de rescisão do CONTRATO, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- I) O descumprimento total ou parcial, pela CONTRATADA, de quaisquer das obrigações / responsabilidades contratuais;
- II) A subcontratação, para atendimento total ou parcial deste CONTRATO sem a prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III) A associação com outrem, a cessão ou transferência, bem como fusão, cisão ou incorporação, para atendimento total ou parcial deste CONTRATO;
- IV) O cometimento reiterado de faltas ou defeitos na execução dos serviços contratados;
- V) A decretação de falência ou insolvência civil da CONTRATADA;
- VI) A dissolução da sociedade e/ou consórcio;
- VII) A alteração societária ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da CAIXA, prejudique a execução do CONTRATO;
- VIII) O atraso injustificado no início dos serviços contratados;
- IX) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CAIXA;
- X) Atraso no cumprimento dos serviços, levando a CAIXA a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços contratados;
- XI) Demais motivos especificados no Art. 78, da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O conhecimento posterior de qualquer fato ou de circunstância superveniente que desabone ou que afete a idoneidade ou a capacidade técnica ou financeira da CONTRATADA, implicará necessariamente na rescisão contratual.

Parágrafo Terceiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto - Havendo a rescisão do CONTRATO, cessam todas as atividades da CONTRATADA quanto a execução dos serviços, os quais serão entregues à CAIXA, que os executará por si ou por terceiros.

Parágrafo Quinto - Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir este CONTRATO, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROPRIEDADE DOS PRODUTOS GERADOS E DAS INFORMAÇÕES

Todos os produtos, programas, sistemas, documentos e quaisquer outros artefatos gerados pela execução dos serviços objeto da contratação deverão ser entregues à CAIXA, que terá pleno direito de propriedade sobre os mesmos, nos termos do art. 4º da Lei n. 9.609, de 19/02/1998, sendo vedada a sua divulgação ou comercialização.

Parágrafo Único - Toda informação produzida e/ou utilizada para a execução do projeto ou serviços contratados, tais como mensagens, relatórios, comunicações, ensaios, notas, rascunhos preparados para suportar dados e relatórios finais, material em meio eletrônico, programas de computador, outros materiais impressos, folhetos, panfletos, descrições, planos e todo dado diretamente relacionado aos serviços Contratados e executados ou em execução deverá ser disponibilizado à CAIXA imediatamente após a finalização de cada projeto, sempre que solicitado e ao final do CONTRATO, sem quaisquer custos adicionais.



CONCORRÊNCIA Nº. 001/2006 – CEL/MZ
ANEXO VI-B
MINUTA DE CONTRATO – ITEM VI

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos e modelos relativos aos serviços ora contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, implicando terminantemente na proibição de fazer uso ou revelação, sob qualquer justificativa, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

Parágrafo Primeiro - Os empregados da CONTRATADA deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pela CAIXA, além das cláusulas específicas constantes deste instrumento.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA instruirá seu pessoal para manter como confidenciais os dados e informações aos quais venham a ter acesso, em razão deste CONTRATO, responsabilizando-se, entretanto, por essa confidencialidade, sob pena de multa e ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Parágrafo Terceiro - O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA se compromete a entregar o Termo de Confidencialidade, assinado pelos seus representantes legais, quando solicitado pela CAIXA.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a exigir de cada subcontratada a assinatura de Termo de Confidencialidade (assinados pelos representantes legais da subcontratada, e pelos profissionais que esta venha a designar para a prestação de serviços), devendo encaminhá-los à CAIXA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CAIXA

A CONTRATADA declara-se ciente de que o presente CONTRATO poderá ser objeto de rescisão administrativa, e, neste ato, expressa o seu pleno conhecimento dos direitos da CAIXA em tal situação, consoante previsto nos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste CONTRATO correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso 2537/2005 – MZ, registrado nos itens orçamentários 5303-10 – “Desenvolvimento de Sistemas de Processamento de Dados” e 5303-27 – “Manutenção de Sistemas de Processamento de Dados”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS E OUTROS IMPOSTOS

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objetos de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I) A CONTRATADA fica proibida de utilizar qualquer funcionário da CAIXA na execução dos serviços Contratados nos termos do que estabelece o Art. 9º, Inciso III da Lei 8.666/93, sob pena de rescisão contratual.
- II) A critério da CAIXA poderá ser permitida, eventualmente e no limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato a subcontratação de profissional autônomo ou empresário, ou sociedade simples ou empresária, para o atendimento de necessidade específico que se verifique durante a prestação de serviços, desde que sua experiência e notória especialização sejam comprovadas para o tipo de serviço em questão, e observado o seguinte:
 - a. Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre a CAIXA e a(s) subcontratada(s), permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas no CONTRATO;
 - b. A subcontratação não poderá gerar qualquer ônus adicional à CAIXA, ficando a CONTRATADA responsável por todas as obrigações financeiras com a empresa subcontratada, inclusive a comprovação do recolhimento de todos os encargos por parte das empresas subcontratadas.
 - c. A CONTRATADA deverá informar previamente à CAIXA a subcontratação a ser realizada, bem como qualquer substituição de Subcontratadas(s), no curso da vigência do CONTRATO;
 - d. A CONTRATADA deverá diligenciar a escolha de subcontratadas(s) que viabilize(m) o cumprimento das exigências estipuladas no CONTRATO e respectivos Anexos, devendo substituir imediatamente aquelas que, de qualquer forma, impeça(m), dificulte(m) ou prejudique(m) a prestação dos serviços;
 - e. A CONTRATADA se obriga a inserir, no(s) CONTRATO(s) de prestação de serviços que vier a celebrar com sua(s) eventual(is) subcontratada(s), cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do serviço subcontratado;
 - f. É vedada a subcontratação para o exercício de atividades atribuídas ao Supervisor Geral, aos Supervisores Administrativos e aos Gerentes de Projeto;
- III) A CONTRATADA deverá manter com vínculo empregatício, em regime de CLT, todos os profissionais, constantes do seu quadro permanente, que estejam dedicados à execução dos serviços previstos nos respectivos projetos básicos.
 - g. A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente o vínculo dos profissionais através da relação nominal de recolhimento do FGTS.

- h. A exigência acima será acompanhada pela CAIXA, considerando o conjunto completo dos profissionais designados pela CONTRATADA, para execução do conjunto das Ordens de Serviço da CAIXA.
 - i. No primeiro mês de serviço de cada profissional constante nesta relação, devem ser apresentadas a cópia da ficha cadastral ou ficha de registro de empregado e cópia da carteira de trabalho;
- IV)** É vedada a remessa para o Exterior de qualquer fase do processo dos serviços solicitados pela CAIXA, objeto deste CONTRATO, devendo os mesmos ser executados somente dentro do Território Nacional.
- V)** Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste CONTRATO ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.
- VI)** Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados.
- a. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.
- VII)** É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar os direitos decorrentes do presente CONTRATO para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- VIII)** Não haverá entre os empregados da CAIXA e os da CONTRATADA, subordinação técnica, administrativa ou funcional, não se estabelecendo, portanto, vínculo empregatício nas relações decorrentes deste CONTRATO, arcando cada parte com todos os encargos sociais e fiscais relativos aos seus respectivos empregados comprometendo-se a CONTRATADA a apresentar os comprovantes de recolhimento pertinentes, sempre que solicitado pela CAIXA;
- IX)** Em razão de eventuais alterações estruturais na CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CONTRATADA será notificada a promover as mudanças necessárias, com antecedência de 30 (trinta) dias;
- X)** No encerramento deste CONTRATO, cada parte deverá devolver à outra, imediatamente, os materiais, documentos e qualquer outra coisa que cada uma tenha em seu poder por motivo da execução deste CONTRATO;
- XI)** Na contagem dos prazos estabelecidos neste CONTRATO excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- XII)** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste CONTRATO em dia de expediente da CAIXA.
- XIII)** Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Brasília, data



CONCORRÊNCIA Nº. 001/2006 – CEL/MZ
ANEXO VI-B
MINUTA DE CONTRATO – ITEM VI

CAIXA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF nº

Nome:

CPF nº